

1 Prefácio

A produção acadêmica em torno da questão de gênero ganhou força a partir dos estudos sobre a categoria mulher e, posteriormente, em virtude das epistemologias feministas assentes em distintas tradições teóricas no cerne das ciências humanas e sociais e tecidas em variados contextos nacionais. O pensamento fenomenológico existencialista de Simone de Beauvoir contribuiu para a reflexão sobre a condição de subordinação das mulheres como produto social advindo das situações produzidas no tempo, espaço e em relações que independem das vontades dos sujeitos. Isso se mostrou elementar à compreensão do sexo como fato político, não natural.

O feminismo negro de pensadoras como Bell Hooks, Patricia Hill Collins, Lélia González, Ângela Davis e Sueli Carneiro evidenciou a situação de desfavorecimento das mulheres negras diante da pirâmide de sexualização e de racialização dos corpos. O pensamento decolonial de teóricas como Yuderkys Espinosa Minõso e María Lugones é fundamental à produção intelectual e práxis feministas a partir do Sul global. Já a contribuição *queer* de nomes como Judith Butler, Paul Preciado, Glória Anzaldúa, Berenice Bento, Larissa Pelúcio, Richard Miskolci e Leandro Colling ofertam óticas que transcendem o essencialismo identitário e a naturalização da diferença sexual. Não obstante, o feminismo marxista de Heleieth Saffioti e de Mirla Cisne é elementar à contemplação do patriarcado, bem como do cruzamento entre gênero, classe e desigualdades sociais.

Destaca-se que Butler (2019) não enxerga o sexo como algo pré-discursivo, pois o seu pensamento concebe tal fato como uma prática reguladora que produz os corpos que governa. Diante disso, o sexo é o resultado de reiterações forçadas normativamente. Isso implica a materialização performativa dos corpos e, por conseguinte, a construção performativa da verdade anatômica assente na diferença sexual.

A partir desse exposto, Butler (2003) concebe gênero como o resultado de repetições corpóreas, localizadas no tempo e espaço, situadas em estruturas normativas que produzem plasticidades de classes naturais e substâncias. Contudo essas classes e substâncias só existem em decorrência de tais estilizações repetidas do/no corpo, considerando-se que o gênero “[...] não é um dado de realidade” (BUTLER, 2003, p. 199), mas um constructo que ancora ficções comportamentais culturalmente contextualizadas e que, caso desobedecidas, pressupõem punições aos(às) transgressores(as).

Logo, por serem produtos político-discursivos, sexos e gêneros estão passíveis de disputas, transgressões e reconstruções no cerne das relações de poder. Nessa tônica, Bento (2017) concebe o corpo-sexuado, os gêneros e sexualidades como produtos históricos formatados a partir de normas que geram exclusões e

sofrimentos para aqueles(as) que são dissidentes às tendências comportamentais emanadas do sistema sexo-gênero.

Contemplar o corpo como território de disputas e combates é fundamental para a compreensão e análise das resistências e problemas públicos que acometem grupos populacionais e sujeitos alvos de políticas de abjeção. Nesse sentido, o corpo não é visto em seu reducionismo biológico (isto é, como um conjunto de átomos, células, tecidos, órgãos e sistemas), mas por “uma concepção decolonial, complexa e não dualista [a qual contempla] [...] uma noção de corporeidade em toda a sua multiplicidade [além da relação entre] [...] corpo individual e corpo social” (HAESBAERT, 2020, p. 87).

Assim, ao compreender os corpos como realidades biopolíticas (FOUCAULT, 2017), pensar as relações de gênero, raça, sexualidade e território se mostra fundamental para o vislumbamento das desigualdades sociais e demandas de grupos específicos que sofrem em decorrência de distintas violências produzidas em virtude de marcadores sociais da diferença. Diante disso, é mister destacar que o cruzamento analítico entre gênero e território, apesar de extremamente necessário para a contemplação dos distintos posicionamentos e desigualdades sociais acarretadas pelos marcadores sociais da diferença, ainda é incipiente em pesquisas sobre as relações de gênero.

Nessa perspectiva, vale frisar que, de acordo com Laura Moutinho (2014, p. 215–216), “os principais marcadores são gênero, sexualidade, raça (seguidos na articulação com classe, erotismo, geração, território e, muito mais recentemente, deficiência)”. Posto isso, a interseccionalidade, paradigma epistemológico, faz-se elementar para o vislumbamento científico dos posicionamentos e desigualdades sociais que amiúde tolgem direitos fundamentais e constroem sujeitos de ascenderem à vida pública.

Nesse hiato, o espaço (urbano e rural), longe de ser uma dimensão material indiferente à realidade sociopolítica, é, para pensadores como Lefebvre (1972) e Corrêa (1989), uma produção politicamente implicada e protagonizada por agentes e grupos bem definidos, os quais se comprometem com a legitimação do *status quo*. Ora, se o espaço se ergue para a ratificação do capitalismo, normas de gênero e da modernidade, há a tendência de que o espaço se mostre hostil a populações como mulheres, negros(as), indígenas, LGBTQIAP¹, ciganos(as), população em situação de rua, sem-tetos, sem-terras e trabalhadores(as) precarizados(as). Não à toa, ícones dos direitos humanos, da luta pela terra e pelo direito à cidade, como a sindicalista Margarida Alves, o ecologista Chico Mendes, o psicólogo social Marcus Matranga, o indigenista Bruno Araújo Pereira e a vereadora Marielle Franco tiveram as suas vidas brutalmente interrompidas, assassinados(as) por buscarem melhorias para seus povos e territórios.

¹ LGBTQIA+ é um dos acrônimos mais usados para fazer referência às pessoas com orientações sexuais dissidentes: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer, com um sinal “+” para reconhecer outras possibilidades.

Dessarte, Mbembe (2018), ao apresentar o conceito de necropolítica, insere nessa discussão a possibilidade de vislumbrar correlações entre território e poder e, mais além, sobre uma territorialização da violência a partir de relações de domínio-poder. Isso quer dizer que, na agenda política global, é intencional e estrutural a “permissão”/“omissão” que alguns grupos populacionais sejam vítimas da violência. Nesse sentido, a ocupação colonial de territórios na contemporaneidade é o produto da imbricação entre o poder disciplinar, biopolítica e necropolítica, algo que concede “[. . .] ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado” (MBEMBE, 2018, p. 48), visando a sua economia máxima, isto é, o massacre das vidas não passíveis de luto.

Prova disso, conforme dados do Atlas da Violência 2021, é que apenas, entre 2018 e 2019, o Brasil registrou 8.256 homicídios femininos. Vale destacar que a intersecção entre gênero e raça se mostra fundamental à percepção sobre a violência letal contra as mulheres no Brasil, considerando-se que, somente em 2019, 66% das mulheres assassinadas no país eram negras. Nesse direcionamento, Biroli (2016) pontua que o cruzamento entre marcadores sociais da diferença se mostra substancial, porque o gênero é produzido pela relação entre a divisão sexual do trabalho e outras variáveis que influenciam na identificação e posicionamento dos sujeitos, sobretudo classe e raça.

Além disso, entre 2009 e 2019, cresceu em 10,6% o percentual de mulheres assassinadas no ambiente doméstico. Em termos territoriais, em 2019 há uma concentração da violência contra as mulheres nas macrorregiões Norte e Nordeste, considerando-se que os dez estados do país com maiores taxas de homicídios femininos por 100 mil mulheres foram Roraima (12,5), Acre (7,5), Amazonas (5,7) Pará (5,5), Rio Grande do Norte (5,4), Alagoas (5,1), Bahia (5,0), Mato Grosso (5,0), Rondônia (4,8) e Ceará (4,7) (CERQUEIRA *et al.*, 2021).

Conforme dados da Comissão Pastoral da Terra (n/d), entre 1985 e 2022, ocorreram 59 massacres no campo em âmbito nacional, perfazendo 302 vítimas. A maioria dos casos ocorreu no Pará (155), seguido de Rondônia (40) e Roraima (33). O valor majoritário das vítimas era posseiro (80), sem-terra (64) e indígena (35). Para além de números, essas vidas ceifadas pela violência no campo têm nome, gênero, raça e classe social. As suas lutas inspiram resistências contemporâneas contra a opressão. Assim, mártires como Margarida Maria Alves (PB–1983), Severina Rodrigues de França (PB–1989), Márcia Maria Eugênia de Carvalho (PE–1993), Odete Medeiros Cavalcante (PE–1993), Josiete da Silva (PE–2002), Iraci Otília da Silva (PB–2009) e Bernadete Pacífico (BA–2023) devem ser lembradas e as suas lutas evidenciadas.

Em relação à violência contra a população LGBTQIAP+ no Brasil, entre 2011 e 2019, o Disque 100 registrou a média de 1.666 denúncias anuais tocantes à violência LGBTQIAP+fóbica (CERQUEIRA *et al.*, 2021). Em complemento, o Dossiê 2022, intitulado “Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil”,

aponta que, entre 2000 e 2022, 5.635 pessoas foram vítimas de violência letal de caráter LGBTQIAP+fóbico (GASTALDI; BENEVIDES; COUTINHO, 2023).

Apesar das conjunturas brasileira e latino-americana clamarem por políticas públicas ancoradas na equidade de gênero e respeito às diferenças, nota-se um fenômeno de recrudescimento do neoconservadorismo. Isso se dá em um arranjo no qual o conservadorismo moral se funde com o neoliberalismo na precarização dos corpos que não importam ao sistema-mundo moderno, patriarcal e capitalista. O pânico moral transmutado no sintagma “ideologia de gênero” é um dos sintomas mais evidentes desse processo em que a intolerância ocupa a política institucional e promove retrocessos como o tolhimento de discussões sobre gênero e sexualidade em escolas. Para além dessa cruzada moral antigênero, durante o governo Bolsonaro (2019–2022), no Brasil, também se vislumbraram outras cruzadas contrárias à racionalidade e aos ideais de justiça social.

Diante desse contexto complexo que exalta a relevância de discussões científicas sobre a relação entre gênero e território, este dossiê temático abarca artigos científicos, ensaios teóricos e resenhas de obras bibliográficas que se voltam à missão epistemológica e política de construir uma agenda de pesquisa comprometida com os direitos humanos.

O artigo “A mulher na política institucional potiguar: uma análise sobre a vivência das eleitas ao legislativo municipal”, de autoria de Helena Grazyelle Nascimento Oliveira e Rocelly Dayane Teotonio da Cunha, investiga elementos relativos à representatividade de mulheres na política institucional do Rio Grande do Norte. Para tanto, as autoras adotam a ótica do materialismo histórico-dialético, empregando uma pesquisa documental no acervo da Assembleia Legislativa de Natal–RN e a realização de sete entrevistas em profundidade com vereadoras eleitas no pleito de 2016. Através do seu percurso teórico-metodológico, as autoras concluem a existência de uma relação direta entre o aumento de mulheres eleitas para o legislativo municipal e o crescimento de políticas públicas para mulheres em Natal–RN. Isso as leva a afirmar que a relação entre políticas públicas, representatividade e participação política é dialética.

Não obstante, o dossiê conta com a produção “As expressividades transexual e travesti nas eleições municipais de 2020 e os seus impactos na democracia representativa brasileira”, desenvolvida por Lucas Lira de Menezes e Maiko Jhonata A. Gomes. O texto trata da eleição de 30 travestis e transexuais nas eleições municipais brasileiras no ano de 2020. A autoria parte da hipótese de que esse resultado histórico é um produto das lutas por participação e representatividade política do grupo populacional em tela, em um contexto

nacional marcado pela ascensão da extrema direita e do conservadorismo substanciada na ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da República em 2018.

Já o trabalho “Processo de reconhecimento da mulher enquanto sujeito político nos contextos rurais: contribuições das políticas públicas e possibilidades de práticas psicológicas emancipatórias”, de autoria de Conrado Pável de Oliveira e Bruna Marques da Costa, analisa socio-historicamente a emancipação feminina no espaço rural. No decorrer do texto, são apresentadas discussões que atestam os direitos políticos e sociais de mulheres camponesas como frutos de lutas sociais consolidadas e em desenvolvimento. Ao término das reflexões, o artigo aponta a relevância da universalidade de políticas públicas comprometidas com a dignidade das mulheres, assentes na categoria gênero e de combate ao patriarcado para o alcance do reconhecimento do trabalho e atuação política feminina no campo.

Nessa linha temática, o dossiê também conta com o artigo “Gênero e soberania alimentar: reflexões acerca da atuação da mulher rural na construção da segurança alimentar e nutricional no Brasil”, escrito por Maria Alane Pereira de Brito, Suely Salgueiro Chacon e Maria Laís dos Santos Leite. O texto reflete, dentre outras questões, sobre os dilemas e avanços relacionados à atuação de mulheres camponesas em prol da soberania alimentar e segurança alimentar e nutricional no contexto brasileiro. Nesse sentido, adotou-se uma pesquisa bibliográfica e documental para a coleta dos dados primários e secundários. Após o escrito, as autoras concluem a centralidade da atuação de mulheres rurais no que toca à soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional, valorização de saberes ancestrais e práticas agrícolas tradicionais. Entretanto a pesquisa também evidencia os inúmeros percalços econômicos, educacionais e tecnológicos enfrentados pelo grupo estudado.

Por sua vez, o ensaio teórico “Mulheres atingidas pela mineração e barragens: impactos e resistências”, escrito por Camilla Veras Pessoa Silva, reflete sobre as práticas de resistência protagonizadas pelas mulheres atingidas por grandes projetos nos campos da mineração e geração de energia elétrica. Nesse esteio, a autora destaca que o protagonismo feminino nessas condições é fundamental para conquistas objetivas, tal como a garantia de reparações e indenizações, até o combate político-discursivo ao modelo desenvolvimentista neoliberal. A autora faz uso do conceito de “corpos-territórios” para afirmar o papel angular das mulheres na luta política contra a destruição criativa da natureza e em prol da justiça socioambiental.

O artigo “O protagonismo das mulheres e a promoção da saúde mental a partir do trabalho de extensão rural da EMATER/RS-ASCAR com os grupos comunitários de mulheres rurais”, desenvolvido por Joice Schneider Marmenitini e Tatiana Engel Gerhardt, trata de atividades promovidas em grupos de mulheres inseridos nas ações da Emater/RS-ASCAR. Para tanto, as autoras realizaram entrevistas com 10 assistentes técnicas regionais sociais da

Emater/RS-ASCAR. Após análises de conteúdo dos repertórios discursivos, conclui-se que as protagonistas da pesquisa desenvolvem atividades nos campos da segurança e soberania alimentar, artesanato rural e plantas bioativas. Tais atividades são realizadas em grupos de mulheres e contribuem para a promoção da saúde mental das mesmas, logo consistem em espaços terapêuticos. Em síntese, os resultados dessa investigação empírica destacam a importância da extensão rural social no que se refere à promoção do bem-estar, independência econômica e saúde mental das mulheres.

Em relação à diversidade sexual e de gênero no contexto latino-americano, o artigo intitulado “A situação dos direitos LGBT+ no Brasil e México: uma análise comparativa em documentos de organizações internacionais”, de autoria de Geovane Gesteira Sales Torres, George José dos Santos Lima e Maria Laís dos Santos Leite, comparou a situação dos direitos LGBTQIAP+ no Brasil e México a partir de documentos da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association*–ILGA e da Anistia Internacional. Os dados da pesquisa, em diálogo com a bibliografia pertinente aos direitos sexuais e reprodutivos, apontam que o México apresenta leis tocantes aos direitos LGBTQIAP+ com maior força normativa do que o Brasil. Este país, conforme a pesquisa, apresenta marcos legais advindos, sobretudo, do ativismo judicial, além de ser marcado por grande omissão do Congresso Nacional em tratar sobre o tema.

O dossiê também é abrilhantado por resenhas de dois livros. O primeiro deles é “Gênero em termos reais”, escrito pela socióloga australiana Raewyn Connell, resenhado por Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo. O autor relaciona o conteúdo do livro com questões pertinentes à vida da autora, a qual se identifica como uma mulher transexual. O livro aborda a questão de gênero para além da ótica abstrata ou essencialista. Assim trata da produção acadêmica em torno da questão de gênero e ainda de discussões pertinentes à masculinidade e à transexualidade. O segundo livro, « *La vie psychique du racisme: l'empire du démenti* » de autoria de Livio Boni e Sophie Mendelson, foi resenhado por Luiz Paulo Ribeiro, Carolina Costa Resende e Jesus Alexandre Monteiro, enfatizando as relações possíveis dos estudos sobre o racismo a partir da psicanálise e da Educação.

Posto isso, esperamos que o presente dossiê temático inspire processos de pesquisa, construções científicas e resistências políticas ancorados no respeito e promoção das diferenças e justiça social. Assim como uma colcha colorida de retalhos que decora lares no Brasil profundo e possibilita potentes experiências estéticas ligadas ao saber-fazer, esperamos que os trabalhos ora publicados sirvam de instrumento para que as potências do pensar, da práxis e do sentir sejam sempre consideradas para a perseguição de arranjos sociais mais equânimes e sustentáveis.

Geovane Gesteira Sales Torres

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Maria Laís dos Santos Leite

Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Luiz Paulo Ribeiro

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EdUFBA, 2017.
- BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. *Dados*, v. 59, p. 719–754, 2016.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam*. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: N-1 Edições; Crocodilo Edições, 2019.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CERQUEIRA, Daniel *et al.* *Atlas da Violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios).
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; BENEVIDES, Bruna; COUTINHO, Gustavo. *Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2022*. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 2020.
- LEFEBVRE, Henri. *O pensamento marxista e a cidade*. Tradução de Maria Idalina Furtado. Lisboa: Editora Ulisseia, 1972.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MOUTINHO, Laura. *Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes*. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 201–248, 2014.